

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) – Comunicação de Líder:** Sra.

Presidente, colegas vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e nos escuta através da nossa Rádio Web, povo que se encontra nas galerias da nossa Casa; hoje é o terceiro pedido de *impeachment* do Sr. Prefeito que a nossa Casa vai analisar. O *impeachment* que chega a pedido de um funcionário de uma empresa de transporte rodoviário de Porto Alegre, um cobrador que se sente prejudicado e ameaçado, ele e a categoria, por um projeto

de lei que entrou nesta Casa. Um pedido que entendemos que há um anseio da categoria rodoviária, a qual nós vimos lutando muito aqui nesta Casa para que seja mantido o segundo tripulante no sistema de transporte em Porto Alegre, seja ele cobrador, seja ele um auxiliar de motorista, já que a nossa cidade tem um número excessivo de idosos, a nossa cidade tem uma porcentagem grande de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência. Nós temos, além disso, várias crianças que utilizam o nosso sistema de transporte e precisamos, com o trânsito que tem a nossa cidade, ter a figura de um segundo tripulante, ter a figura do segundo passageiro, uma pessoa que auxilie esses idosos, as pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, essas crianças, a própria população de Porto Alegre a descer e subir, que dê orientações. Nossos motoristas não conseguem fazer as três coisas, que é o cobrar, auxiliar e dirigir, até porque, se os colegas que viajam virem as praças de pedágios em todo o nosso Estado e no Brasil inteiro, elas são obrigadas a aceitar a moeda nacional. Nenhum órgão pode proibir as pessoas de pagar com dinheiro. Essa discussão nós tivemos aqui até na questão dos aplicativos e táxis, onde nós levantávamos a possibilidade de receber só com cartão para salvar vidas.

Então, essa ideia que existe, que vai informatizar todo sistema de transporte em Porto Alegre, permitindo que não haja a figura do cobrador de ônibus. Isso é uma falácia, porque ninguém pode obrigar as pessoas a pagarem com dinheiro de plástico. É lei federal o uso da moeda corrente no País. Então, se as pessoas quiserem fazer o pagamento em dinheiro, será obrigatório aceitar o pagamento em dinheiro. Por isso nós vimos a impossibilidade de tirar a figura do segundo tripulante no sistema de transporte, além das questões de saúde, além das questões de segurança e, principalmente, mobilidade das pessoas que necessitam desse auxílio.

Voltando ao pedido de *impeachment*, nós não podemos banalizar essa ferramenta que possibilita à população, possibilita ao povo quando algo está sendo conduzido de forma errada no Executivo, e até a nós, legisladores, de trazer a discussão nas grandes Casas Legislativas, fazendo o pedido de impedimento de agente público que está no Executivo. Digo que não podemos banalizar porque esse processo chega em cima de uma lei que ainda não entrou nesta Casa, essa lei ainda não entrou para votação, essa lei não veio a plenário, o Executivo tirou a urgência dessa lei. Então, acho que esse pedido, baseado nessa lei que tira os cobradores do sistema de transporte de Porto Alegre, é fraco, ele deveria ter sido arquivado pela Procuradoria da Casa, já que essa lei não se encontra em discussão em plenário, essa lei não se encontra em discussão nas comissões desta Casa. O Executivo retirou regime de urgência, e ela vai percorrer todos os trâmites normais desta Casa, inclusive audiência pública, onde nós iremos ouvir as partes, iremos ouvir o Executivo, iremos ouvir o sindicato dos rodoviários, as associações de trabalhadores de transportes, os vereadores irão falar, a população irá falar, os representantes das pessoas portadoras de deficiência, dos aposentados e pensionistas, dos idosos, dos estudantes, todos terão oportunidade de se manifestarem. Acho que o pedido de *impeachment*, nesta tarde, nesse processo que é levantado, não tem por que esse plenário no dia de hoje aprovar. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)